

PROCESSO Nº: 33.317/2013-B

JURISDICIONADA: Administração Regional de Paranoá – RA VII

ASSUNTO: Tomada de Contas Especial – TCE

EMENTA: Documentos encaminhados em cumprimento do item II, alínea “b”, da Decisão nº 4734/2013. Constatação de prejuízo ao erário. Decisão nº 6146/2014. Conversão dos autos em Tomada de Contas Especial. Citação dos responsáveis. Apresentação de defesas. Análise. Razões de defesa insuficientes para afastar o débito apurado. Cientificação. Pela avaliação, preliminarmente ao julgamento do mérito, do pedido de sustentação oral. Ministério Público converge com as conclusões da Unidade Técnica. Voto divergente com a Unidade Técnica.

RELATÓRIO

Os presentes autos foram constituídos em atendimento aos itens II, alínea “b”, e IV, alínea “a”, da Decisão nº 4734/2013, prolatada no Processo nº 13201/2011.

No referido *decisum* a Corte determinou a diversas administrações regionais, dentre elas a Administração Regional do Paranoá, que encaminhassem a este Tribunal cópia do contrato firmado com a empresa SWOT SERVIÇOS DE FESTAS E EVENTOS LTDA, bem como comprovante das despesas até então incorridas, indicando o nome e o valor das despesas, bem como o número de pessoas presentes em cada evento realizado.

Por meio da Informação nº 106/2014, fls. 47 e seguintes, no âmbito da Secretaria de Acompanhamento, a documentação recebida em atenção à decisão acima referida foi devidamente analisada.



Em vista das análises contidas na instrução da unidade técnica e das considerações do MPJTCDF que, nos termos do Parecer nº 592/2014-ML, fls. 57/62, aquiesceu às sugestões do corpo instrutivo, a Corte, na Sessão Ordinária nº 4739, de 02 de dezembro de 2014, proferiu a Decisão nº 6146/2014, fl. 75, nos seguintes termos:

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento: a) do Ofício nº 1075/2013-GAB/RA-VII (fls. 12); b) dos documentos de fls. 16/46 e Anexo I; II – determinar: a) a conversão dos autos em tomada de contas especial, nos termos do artigo 46 da Lei Complementar nº 01/1994 c/c a Emenda Regimental nº 23/2008, tendo em conta o prejuízo e responsabilidades apurados no bojo da Informação nº 106/2014-SEACOMP/3ªDIACOMP; b) nos termos do art. 2º, § 4º, da Emenda Regimental nº 01/1998, com a redação dada pela Emenda Regimental nº 23/2008, a citação do ordenador de despesa da Administração Regional do Paranoá – RA VII, no período de 2011, e da empresa SWOT SERVIÇOS DE FESTAS E EVENTOS LTDA. para que, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentem suas alegações de defesa quanto à responsabilidade solidária que lhes foi atribuída em razão do apurado na Informação nº 106/2014 – SEACOMP/3ªDICOMP, em virtude do alto preço pago na locação de tendas de lona pela Administração Regional no exercício de 2011, resultando prejuízo no valor de R\$ 123.672,63, em valores atualizados, ou, desde logo, recolham a importância indicada nos autos; III – autorizar o retorno dos autos à Secretaria de Contas, para as providências cabíveis.

O Corpo Técnico, por meio da Informação nº 266/2015 (fls. 245/266), procedeu à análise das defesas apresentadas pela empresa SWOT SERVIÇOS DE FESTAS E EVENTOS LTDA. (fls. 79/108 e anexos de fls. 109/176), bem como das razões de defesa apresentadas pelo Sr. Carlos Antoneto de Souza (fls. 185/202 e anexos de fls. 203/243). A seguir, transcreve-se:

II – RAZÕES DE DEFESA E ANÁLISE

II.a – Empresa SWOT Serviços de Festas e Eventos Ltda.

(fls. 79/108 e anexos de fls. 109/176)

9. A Empresa SWOT SERVIÇOS DE FESTAS E EVENTOS LTDA. apresenta nos presentes autos **alegações e argumentações idênticas** àquelas oferecidas no Processo nº 33.309/2013, em face da determinação contida na Decisão nº 6145/2014.



10. Ao aquilatar, naquele feito, as razões de defesa oferecidas pela referida empresa, nos termos da Informação nº 223/2015-SECONT/2ª DICONT, o Corpo Técnico produziu a percuente análise contida no excerto transcrito a seguir, in verbis:

“Defesa de SWOT SERVIÇOS DE FESTAS E EVENTOS LTDA. – SWOT (fls. 75/172)

Alegação

10. Preliminarmente, a empresa entende injusta a tentativa de obter a devolução do valor de R\$ 55.375,80, pois alega ser o contrato firmado impassível de censura. Ainda, entende como ilegal ter que arcar com a devolução do valor, frente ao parágrafo único, do art. 59, da Lei 8.666/93 (fl. 76).

11. Em seguida, a defendente apresenta um resumo dos fatos (fls. 76/77), para a partir daí apresentar suas justificativas.

Análise

12. Em suas preliminares, não trouxe o defendente nenhum argumento ou fato que pudesse alterar o curso do julgamento da irregularidade levantada.

Alegação

Da Realidade dos Fatos (fls. 77/80)

13. O defendente afirma que o entendimento dos Auditores é desconexo com a jurisprudência nacional, quando verificaram que determinados itens foram repassados a terceiros a título de pagamentos com valores abaixo dos registrados, em comparação aos mesmos preços constantes do mencionado contrato em comento. Alegam que os auditores, baseados apenas nestes fatos, tentam de forma imprecisa, fundamentar que está caracterizada uma irregularidade.

14. Informam que a empresa Swot não é filantrópica e que não foi contratada, mediante regular procedimento licitatório, para fazê-lo a título gratuito.

15. Nesse sentido, traz citação de autor que versa sobre a comparação de preços de mercado com os praticados em contratos com a Administração Pública, descrevendo circunstâncias distintas entre as condições de pagamento entre os contratos públicos e privados, de forma que não se pode caracterizar preço excessivo quando há disparidades de condições.



16. Alega que houve erro do fiscal do contrato, ao realizar o referido pagamento dito irregular, corroborando assim com a irregularidade. Ainda que uma vez que o serviço solicitado pelo órgão é executado dentro dos parâmetros lícitamente previstos (licitados dentro da Lei), resta apenas a comprovação da execução, não cabendo com isso, a Administração não querer pagá-los, pois assim agindo, estão sujeitos à Lei de Responsabilidade Civil e danos materiais e lucros cessantes.

17. Entendem que as ações foram baseadas em atos e fatos legalmente previstos e que a jurisprudência dominante entende que mesmo que no caso em questão fosse passível de nulidade face a uma ilegalidade, ainda assim a Administração é devedora dos serviços.

Análise

18. Nos presentes autos não há referência à nulidade do contrato ou à falta de pagamento pela Administração pelos serviços prestados, mas sim contra economicidade questionada nos valores pagos à empresa.

19. O comparativo de preços entre os contratos firmados com a Administração e os valores de mercado é basilar no processo licitatório. Os princípios da economicidade e economia nos contratos públicos são imperativos, não podendo serem relevados nem ignorados a despeito de “circunstâncias distintas” subjetivas citadas.

20. A legislação afeta à licitação de contratos disciplina condições de compatibilidade de preços entre os de mercado e os contratados pela Administração. Entendemos que dependendo das condições das contratações existem sim discrepâncias entre os preços e é em virtude dessa discrepância que foram criados instrumentos como o Sistema de Registro de Preços, que deve permitir que a Administração conquiste condições melhores que as do mercado em razão do volume contratado, o que não se observou no processo em questão.

21. Ainda que a Administração não conseguisse um contrato a preços de mercado, é injustificado e totalmente descabido que ela tenha pago 413,22% a mais junto à mesma empresa, se considerarmos o valor contratado pela Administração Regional do Núcleo Bandeirante, e, posteriormente, 3.484% a mais pelo mesmo serviço, ao compararmos com o preço verificado no Sítio de Compras do Governo Federal (diferenças entre R\$ 24,20/m² e R\$ 2,87/m², respectivamente, para R\$100,00/m², conforme §§ 16 e 18 da Informação nº142/2014, fls. 45/51).

22. Desta forma, não prosperam as justificativas apresentadas.



Alegação

Do Vícios na Licitação e Vícios na Contratação (fls. 80/84)

23. O defendente discorre sobre a diferença entre vício na licitação e vício no contrato. Alega que a contratação do serviço se deu frente a perfeita necessidade, frente a situação inusitada dos eventos questionados. Afirma que o contrato foi feito dentro da legalidade exigida e estava em perfeita ordem e regularidade.

24. Informa que é errônea a alegação do sobrepreço e que esta alegação contraria o amplo entendimento alicerçado na pesquisa de mercado prevista no caput do art. 8º do Decreto nº 3.931/2001. E que as 3 pesquisas apresentadas à época, corroboram para sua defesa.

25. Afirma que o Decreto nº 3.931/2001 não discorre sobre a quantidade de pesquisas que devem ser realizadas mas requer que sejam realizadas dentro da lógica, a fim de se alcançar o real valor de mercado. Alega que os preços da referida Ata de Registro de Preços – ARP apresentam-se menores que os do mercado local do Distrito Federal.

26. Cita decisões do TCDF que orientam a participação de órgãos da Administração do Governo do Distrito Federal na adesão à Atas de Registro de Preço – ARP de outros entes federativos.

27. Discorre que não se fala na doutrina e na legislação sobre pesquisas exaustivas e prolongadas, e que com base na Lei nº 8.666/93 a quantidade definida de convites em no mínimo 3 é o suficiente para auferir a viabilidade econômica do referido registro de preços.

28. Afirma que o vício na licitação acarreta a inviabilidade de todos os atos posteriores, devendo ser refeitos, e que o vício na contratação não gera a nulidade dos atos anteriores.

Análise

29. O discurso de defesa apresentado não afasta em nada as irregularidades apontadas, pois não trouxe elementos que pudessem justificar os preços elevados de seu serviço.

30. É amplo o conhecimento de pesquisas forjadas nos contratos administrativos com o intuito de corroborar os altos preços pagos pela Administração.



31. No caso em comento, o preço cobrado pela própria empresa defendente da Administração Regional do Núcleo Bandeirante – RA VIII (Processo nº 33.325/2013 – TCDF) é prova do sobrepreço no contrato com a Administração Regional de Brasília – RA I, que, pelo mesmo serviço, pagou um preço 413,22% maior. Não justifica, na mesma localidade, essa diferença de preço.

32. O interesse público deve prevalecer sobre o privado. O TCU é pacífico quanto à necessidade de devolução dos valores pagos em razão do sobrepreço indicado:

Acórdão 3.393/2013-Plenário

Voto do Relator BENJAMIN ZYMLER

[...]

16. A respeito, ressalto que o caso em discussão trata de serviço com sobrepreço devido à superestimativa de quantitativo de mão-de-obra, tendo sido evidenciado vício na formação de preço do certame. **O sobrepreço viola os arts. 3º e 6º, IX, 'f', c/c o art. 43, IV, da Lei de Licitações e Contratos, bem como o princípio da economicidade e a função social do contrato. Assim, não há que se falar em violação do princípio da segurança jurídica em face da contratação com sobrepreço. Constatada a sua presença no ajuste, o controle deve incidir para promover a adequação necessária. Sendo materializado o enriquecimento sem causa da contratada, a saída é a devolução dos valores pactuados em excesso, conforme jurisprudência desta Corte (Acórdãos 570/2013-TCU-Plenário, 2.069/2008-TCU-Plenário e 1.767/2008-TCU-Plenário e Decisão 680/2000-TCU-Plenário)**

Acórdão nº 117/2014- Plenário

Voto do Relator BENJAMIN ZYMLER

[...]

16. Quanto à mencionada contradição entre o percentual de 1,57% de sobrepreço e a determinação exarada no subitem 9.1 do decisum, ressalto que o poder-dever de o órgão de controle fixar prazo para o exato cumprimento da lei, prevista no art. 71, inciso IX, da Constituição Federal, não está na dependência da maior ou menor materialidade do dano potencial apurado. Verificada a ocorrência de ilegalidade durante a execução contratual, *in casu*, **o pagamento de serviços acima dos custos necessários e realmente incorridos para a sua realização, em detrimento dos princípios da boa-fé, da probidade administrativa e do não enriquecimento sem causa, deve o TCU determinar ao órgão a correção do contrato à entidade contratante, sob pena de, não o fazendo, permitir a perpetuação de ilicitude, em detrimento do Estado Democrático de Direito.**

17. Com relação às considerações sobre o planejamento das obras e o preço oferecido pela construtora na fase da licitação, **compreendo que o regime**



jurídico-administrativo a que estão sujeitos os particulares contratantes com a Administração não lhes dá direito adquirido à manutenção de erros observados nas composições de preços unitários, precipuamente quando em razão de tais falhas estiver ocorrendo o pagamento de serviços acima dos custos necessários e realmente incorridos para a sua realização. Justamente por não acarretar prejuízo ao contratante, no sentido de proporcionar o pagamento de retribuição a quem dos encargos incorridos para a consecução da contrapartida, entendo que a medida corretiva determinada não viola o princípio da proteção do equilíbrio econômico-financeiro, não assistindo razão à embargante. Desta forma, não deve prosperar a argumentação apresentada pela empresa defendente.”
(grifo nosso)

Alegação

A Responsabilidade Civil do Estado (fls. 84/87)

33. O Defendente apresenta uma evolução histórica da Responsabilidade Civil do Estado num Estado Democrático de Direito, no qual é inadmissível a prática de atos lesivos por parte do aparelho estatal. Aponta que sempre que o Estado atuar mal e produzir danos a outrem, deverá repor a situação no estado anterior, e que caso não seja possível, deverá indenizar.

34. Assim, alega que é vedado ao Estado transferir à empresa Swot os efeitos danosos de suas condutas reprováveis, logo solicitar uma execução contratual e depois não pagar, sob pretexto de uma mera irregularidade.

35. Discorre sobre a obrigatoriedade da lei e da presunção de legitimidade dos atos administrativos, citando jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça acerca do pagamento de ressarcimento a empresa contratada pelos serviços já prestados frente a anulação do contrato.

Análise

36. Divaga o defendente ao discorrer sobre a Responsabilidade Civil do Estado e do pagamento de serviços já prestados por terceiros de boa-fé em contratos eivados de vício e anulados.

37. Não há que se falar em pagamento de indenização por erros da Administração ou mesmo em enriquecimento sem causa por parte do Governo do DF no fato em comento.

38. O ocorrido refere-se à sobrepreço nos serviços prestados, que causaram prejuízo aos cofres públicos e carecem de ressarcimento.



39. *Levanta questionamento o fato de uma empresa sediada em Brasília participar de uma Ata de Registro de Preços para o Estado do Pará, e posteriormente, ter seus serviços contratados para a cidade de Brasília. A própria redução de preços que se apresenta no contrato firmado com a Administração Regional do Núcleo Bandeirante com 75,8% de desconto, demonstra no mínimo uma inconsistência, pois nenhuma empresa que necessita do lucro reduz sua margem de maneira tão drástica, como afirmado pela própria empresa defendente que não trabalha gratuitamente mas vive do lucro.*

40. *Desta forma, as justificativas apresentadas não afastaram as irregularidades mencionadas.*

Alegação

Os Efeitos da Invalidação do Ato Administrativo (fls. 87/89)

41. *Novamente, o defendente aborda em sua arguição sobre a invalidação dos atos administrativos, que se deve retornar a situação anterior, com restituição às partes que por direito cumpriram com suas obrigações. Alega que o Estado não pode apropriar-se de bem privado, que seria inconstitucional o Estado comprar um bem e, em seguida, anular o contrato e ficar com o bem sem pagar o preço.*

42. *Afirma que a anulação do contrato, pela Administração, não pode gerar efeitos equivalentes aos do confisco, mas que deverá compor perdas e danos decorrentes da atuação defeituosa, imposta pela própria Administração.*

43. *Volta a citar que os preços foram legalmente estabelecidos pela Ata de Registro de Preços, e que devido a nulidade do ato administrativo as partes devem ter restituídas as suas situações originais, ou com equivalente jurídico por meio de perdas e danos.*

Análise

44. *Não prospera a arguição da defendente, pois não há que se discorrer sobre nulidade do contrato firmado, mas sim em restituição aos cofres públicos dos prejuízos causados pelo sobrepreço já constatado nos autos do processo.*

45. *Desta forma é improcedente a justificativa apresentada.*



Alegação

Da Vedação ao Locupletamento Indevido do Estado (fls. 89/90)

46. Questiona o defendente, mais uma vez, sobre a vedação do enriquecimento sem causa do Estado, e da proibição do confisco de bens por parte do Estado de bens e direitos privados sem uma contrapartida.

47. Cita o Direito Francês que versa sobre a possibilidade de se assegurar indenizações no caso de enriquecimento sem causa.

Análise

48. O defendente tenta, sem sucesso, inverter os papéis no fato apontado de irregularidade, ao propor ser a empresa Swot quem deveria ser indenizada por erros no contrato.

49. Não foi constatado no corrente processo qualquer indício de enriquecimento sem causa por parte da Administração. Os serviços contratados foram devidamente pagos ao defendente.

50. O questionado no processo é o alto preço cobrado pelo defendente nos aluguéis de tenda de lona branca que causaram ao erário distrital um prejuízo que deve ser ressarcido.

51. O que busca o Estado é reaver os valores pagos a mais em vista do sobrepreço encontrado.

52. Assim entendemos improcedentes as justificativas apresentadas.

Alegação

Da Solução Legislativa Brasileira Específica (fls. 90/94)

53. Afirma o justificante que existe solução específica no direito brasileiro para o caso de contratações defeituosas, a saber o art. 59, da Lei nº 8.666/93, trazendo, novamente à tona, que os ajustes invalidados, por nulidade absoluta, entre a Administração e o particular, geram efeitos retroativos, produzindo compensação patrimonial para o contratado, tendo o direito de haver tudo aquilo que pelo ajuste lhe fora assegurado mais indenização por todos os prejuízos que houver sofrido.

54. Cita o entendimento do STJ quando informa que a nulidade não aproveita a quem lhe deu causa e que “não pode a Administração ao argumento de eventual irregularidade no estabelecimento do ajuste, furtar-se, na espécie, ao adimplemento da obrigação pecuniária com o particular”



55. *Apresenta jurisprudências a respeito da vedação ao enriquecimento sem causa da Administração, da retroatividade na nulidade de contratos administrativos e a indenização por serviços já prestados pelo particular.*

Análise

56. *Não prospera a justificativa apresentada, pois, conforme já mencionado o caso em comento não trata de nulidade contratual, muito menos de inadimplência da Administração em contratos executados.*

57. *O defendente tenta, mais uma vez, inverter as posições e assumir o papel de prejudicado no processo, como se houvesse prestado um serviço o qual não fora restituído e que a Administração se negasse a pagar alegando uma suposta nulidade contratual.*

58. *Reiteramos que o processo trata de ressarcimento ao erário, em virtude de prejuízo causado aos cofres públicos em razão de sobrepreço constatado no contrato em comento.*

Alegação

Da Situação Subjetiva do Contratado e da Boa-Fé (fls. 94/98)

59. *Novamente o defendente apresenta o argumento da contratação válida com a Administração e do direito de ser indenizado em virtude da boa-fé na contratação e de ter seu patrimônio afetado por atuação indevida da Administração.*

60. *Segundo o defendente, o contratado tem o direito à indenização fundado no ato ilícito e no enriquecimento sem causa.*

61. *Alega que os termos da contratação obedeceram a todos os critérios admitidos em lei com preços regularmente licitados. Em virtude do exposto, sustenta a boa-fé do contratado.*

62. *Apresenta o argumento que “ninguém pode beneficiar-se da própria torpeza”, ou seja, atestar a execução do contrato e posteriormente considerar sua execução inválida, é ilegal.*

63. *Afirma que a Informação nº 142/2014 – SEACOMP/3ªDICOMP encontra-se eivada de vícios formais e desconexas com os entendimentos do STJ, TCU e TCDF, pois deixou de observar que os preços questionados respeitaram previamente uma regular licitação Estadual, seguida de pesquisa de mercado real e consubstanciada.*

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

Fls.: 329

Proc.: 33317/13
Oscar

Rubrica

64. *Sustenta que não cabe ao particular verificar se trâmites internos da Administração foram devidamente cumpridos, pois não tem o dever formal de fiscalizar a Administração. O particular tem o dever de atender e respeitar os atos administrativos dotados de um mínimo de aparência de regularidade. Desta forma, alega que o fato de que o particular poderia ter adquirido ciência do vício é insuficiente para afastar sua boa-fé.*

65. *Defende que não é possível afastar a responsabilidade administrativa senão quando o particular desenvolve atividade de colaboração efetiva para a consumação da ilicitude.*

Análise

66. *A justificativa apresentada pela empresa Swot não traz nenhum elemento capaz de elucidar ou afastar a irregularidade apontada.*

67. *O particular quando aceita participar da licitação, se submete às regras de Direito Administrativo, entre elas a da superveniência e da indisponibilidade do interesse público, este visando que a Administração pague o preço justo.*

68. *Não foi constatado nenhum prejuízo por parte do contratado, que recebeu valores maiores que os praticados pelo mercado. Não houve inadimplemento ou torpeza da Administração, nem enriquecimento sem causa, mas prejuízo aos cofres distritais por preço manifestamente alto cobrado pela contratada.*

Alegação**Da Questão Subjetiva e a Vedação ao Confisco (fls. 98/99)**

69. *O defendente alega que “eventual defeito ético na conduta do contratado não pode ser invocado para a cristalização de situação ainda mais reprovável, consistente em o Estado expropriar seus bens, mais precisamente, cabe impor ao particular as sanções correspondentes à sua conduta. Mas não está prevista, entre as sanções por ilícitos administrativos ou penais dessa ordem, o confisco de bens.”*

Análise

70. *Não trata o presente processo de situação cabível de confisco de bens, mas sim de ressarcimento de danos ao erário.*

71. *Desta forma, não procede a justificativa apresentada.*



Alegação

Princípio do Prejuízo e da Proporcionalidade (fls. 99/101)

72. A defesa aponta uma comparação entre o princípio do prejuízo e da proporcionalidade, na qual deve-se identificar a solução menos onerosa para os interesses fundamentais. Aponta às formalidades necessárias cumpridas no processo licitatório, que não há sentido em promover a anulação de um ato para posteriormente, praticar novamente o mesmo e exato ato realizado anteriormente.

73. Atenta para o fato de os requisitos e exigências são deduzidos sempre no interesse da segurança jurídica, para a tutela e defesa de determinados interesses. Assim, a forma, ainda quando da essência do ato, não se justifica por si mesma.

74. Alega que o “desfazimento do ato, quando incorrente prejuízo aos interesses fundamentais, encontraria obstáculo na impossibilidade de reposição absoluta da situação fática no estado anterior”.

75. Aponta que se anular o ato importar responsabilidade civil da Administração Pública de dimensões mais elevadas e sérias do que a simples continuidade da contratação, parece que deverá prevalecer esta última opção, especialmente quando a cessação da execução propiciar riscos ao interesse público.

76. Continua citando Acórdão do TCU em que se considera mais vantajoso para a Administração terminar um contrato eivado de vício que já foi executado cerca de 70% a realizar nova contratação (Acórdão nº 1.428/2003).

Análise

77. A defesa não trouxe nenhum elemento justificante, esclarecedor ou que pudesse afastar a irregularidade apontada.

78. Os argumentos apresentados não tem relação com os fatos apontados no presente processo. Não há que se falar em prejuízo para o interesse público por desfazimento de contrato, nem em nulidade ou anulação do contrato firmado.

Alegação

Da Extensão da Responsabilidade Civil do Estado (fls. 101/102)

79. Mais uma vez, o defendente alega que o particular tem direito de ser indenizado amplamente pelas perdas e danos sofridos em contrato nulo com

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

Fls.: 331

Proc.: 33317/13
Oscar

Rubrica

a Administração, e não apenas de ser ressarcido pelo que houver executado até a data da declaração da nulidade. Que o Estado tem o dever de responder por todos os atos que pratica, inclusive os eivados de vício.

Análise

80. *Não procede a justificativa apresentada, em que o defendente se coloca em posição de prejudicado pela Administração, como se não houvesse sido remunerado pelo serviço prestado e o Estado fosse o único responsável pelas irregularidades no processo.*

Alegação***Ainda a Vedação ao Enriquecimento sem Causa: O Desvio de Finalidade (fls. 102/103)***

81. *Aduz, o justificante, sobre o descabimento de a Administração exercitar a competência de invalidar os próprios atos visando ao próprio enriquecimento, não adotando, imediatamente, as providências adequadas para sanar o ato.*

82. *Que a Administração deveria suspender a execução do contrato. Ao manter o contratado na ignorância acerca do vício e percebendo a prestação derivada do contrato nulo, deverá indenizar o valor do contrato, correspondente às perdas e danos devidos ao contratado.*

Análise

83. *Não trouxe a defendente nenhum elemento novo que pudesse justificar as irregularidades apontadas ou afastar sua responsabilidade, limitando-se a repetir os mesmos argumentos desconexos aos fatos em questão.*

Da Conclusão da Defesa

84. *Conclui a defesa solicitando que sejam julgados improcedentes os pedidos de restituição do valor atualizado de R\$ 55.375,80, face ao Contrato nº 02/2011, e de aplicação de multa, em face das comprovações expostas.*

85. *Por fim, vem requerer a realização de sustentação oral, por parte de seu representante legal.*

Análise

86. *A empresa Swot não trouxe aos autos justificativas que afastassem sua responsabilidade na irregularidade apontada, nem qualquer elemento*



que pudesse contestar o percentual de 3.484% de sobrepreço calculados na Informação nº 142/2014 (fls. 45/51).

87. *A defendente limitou-se a argumentar sobre supostas indenizações devidas a particulares por contratos nulos, face a execução total ou parcial do objeto. De forma que a Administração não poderia valer-se de enriquecimento sem causa nestes contratos.*

88. *Divagando nesse sentido, a justificante tentou, como já exposto, inverter os sujeitos da relação, como se ela, a empresa, tivesse sido prejudicada no contrato em comento, como se a Administração Regional de Brasília restasse inadimplente e declarasse o contrato nulo para se aproveitar do serviço prestado e não remunerado.”*

11. *Deve-se enfatizar que a manifestação técnica acima transcrita, nesta data, ainda não recebeu o descortino do eg. Plenário desta Corte de Contas. Todavia, do ponto de vista da opinião estritamente técnica, tem-se que a análise estampada na Informação nº 223/2015-SECONT/2ª DICONTE, no ponto em evidência, ostenta os necessários atributos qualitativos para ser aqui aderida e, também no caso vertente, atestar a improcedência das alegações de defesa em apreço, formuladas pela empresa SWOT SERVIÇOS DE FESTAS E EVENTOS LTDA.*

12. *Deve-se observar que a empresa formulou pedido de sustentação oral de suas alegações de defesa, fl. 108, a qual, entende-se, deve ser objeto de avaliação preliminar pelo eg. Plenário.*

II.b – Senhor Carlos de Souza Lima

(fls. 185/202 e anexos de fls. 203/243)

Alegações de Defesa

13. *À fls.185, em caráter preliminar, aduz o defendente que, embora prima pela realização de prévio procedimento licitatório, no caso concreto, a contratação direta observou as disposições do Parecer nº 1.191/2009-PROCAD/PGDF.*

14. *Alega, fl. 186, que provocou a Central de Compras do DF e a Coordenadoria das Cidades, bem como dirigentes das demais RA com o objetivo de se proceder a processo licitatório unificado, com vistas ao apoio à realização dos eventos, mas que tal proposta não prosperou.*



15. *Assevera, ainda à fl. 186, que adotou o procedimento de separar as contratações da estrutura e o pagamento dos cachês.*

16. *Volvendo-se especificamente ao evento retratado no Processo nº 140.000.089/2011, fl. 187, assevera que o evento objeto do referido feito se caracteriza como tradicional na Cidade de Paranoá por força da Lei nº 3.538/2005 e que a proximidade entre o pedido de apoio para a realização dos festejos, embora tenha dificultado os trâmites administrativos, não inviabilizou o cumprimento da Decisão nº 1806/2006-TCDF e do parecer da PGDF mencionado.*

Análise

17. *Embora relevantes os argumentos apresentados pelo defendente, consoante sintetizado nos parágrafos precedentes, deve-se ter em conta que o objeto dos presentes autos volve-se ao ponto específico e objetivo de apuração de prejuízo em contrato de locação.*

18. *Nesse ponto, embora louváveis as medidas noticiadas pelo interessado, não reúnem elas os necessários predicados para interferir na presente abordagem.*

Alegações da Defesa

19. *Às fls. 187/188, traz um rol das principais peças de instrução dos autos referidos, no § 16, salientando, na letra "h" da listagem, quadro demonstrativo de preços concernentes ao aluguel de tendas.*

20. *À fl. 189, ao visto de justificar o preço pago pelo item em evidência, realçando o Parecer da PGDF mencionado, argumenta que a adesão se mostrou como a única medida para realização dos eventos, e que passou a avaliar os procedimentos realizados por outros órgãos da Administração Pública do DF. Ressalta que, na época, não havia valores de referência na Central de Compras para a locação de tendas e que não foi cogitado cotar o preço para aquisição do produto, dada a exiguidade do prazo.*

21. *Assim, notícia à fl. 189, decidiu-se pela adesão à ata debatida nos autos, procedimento que, salienta, foi adotado por outros órgãos do GDF. Destaca, fls. 189/190, que outra RA teria contratado o mesmo item pelo dobro do valor referente à contratação realizada pela RA VII.*



22. À fl. 191, argumenta que a Decisão nº 1806/2006 indica que a pesquisa de preços deva ser realizada no mercado local e que o valor para aquisição encontrado pela Auditoria, por ser referente às praças de São Paulo e Goiás, não permite saber o preço de venda do produto. Assim, afirma, ao analisar preços obtidos no DF, optou-se pelo menor deles, recordando que no processo da contratação há pesquisa de preço, consoante estampado no quadro que fez inserir em sua argumentação de defesa. Assim, defende que o preço apresentado pela empresa SWOT não só estaria de acordo com o praticado no mercado, como era a menor proposta para locação da tenda (por área).

23. O interessado, à fl. 192, ressalta que a 34ª via Sacra de Paranoá foi o primeiro evento em sua gestão com o aluguel de tendas e que a pesquisa de preços realizada não indicava a existência de sobrepreço.

24. Traz à colação, fls. 192/193, informações do Processo nº 10.649/2012, indicando que a questão da contratação da empresa SWOT foi também aventada naquele feito, havendo a Corte deliberado pela aprovação das contas, com ressalvas, e arquivamento dos autos.

25. Retoma às fls. 193/195, ao que parece, a listagem interrompida à fl. 188, para arguir que foram atendidos todos os reclames da Decisão nº 1806/2006 e do Parecer nº 1.191/2009-PROCAD/PGDF.

26. Às fls. 195/199, apresenta extensa argumentação ao viso de demonstrar que a locação, em relação à aquisição de estrutura e equipamentos, no caso, se mostrou mais vantajosa para a Administração.

Análise

27. O questionamento central nos presentes autos diz respeito à constatação de prejuízo ao erário em contrato de locação de tendas. Nesse passo, não socorrem o interessado as afirmações que pugnam pela realização de pesquisas de mercado e atendimento à Decisão nº 1806/2006 e ao Parecer nº 1.191/2009-PROCAD/PGDF, conquanto insuficientes para refutar a existência do prejuízo identificado.

28. A tramitação do Processo nº 10.649/2012, evocada pelo interessado, igualmente não é hábil para afastar as irregularidades identificadas. É que referido feito cuida da Tomada de Contas Anual da Administração Regional de Sobradinho, em que é aferida a gestão do órgão de forma global, diversamente do quanto se trata nestes autos, a apuração de prejuízo aos cofres públicos.



Alegações de Defesa

29. O *defendente*, à fl. 200, *argumenta* que a Auditoria, em sua avaliação, *desconsiderou* diversas particularidades de cunho operacional, logístico e de custos que *elencara* no trecho referido no parágrafo anterior, uma vez que *considerou* apenas a aquisição. *Conclui* que não pode “comparar produtos iguais, mas com serviços incluídos de forma diferentes e desproporcionais”.

30. Ainda à fl. 200, *defende* que “a realização do certame busca evidenciar que os preços colhidos na fase interna do procedimento são os praticados no mercado” e que a homologação do procedimento demonstraria que os preços obtidos estavam condizentes com os praticados no mercado.

31. Destaca que a pesquisa de mercado atendeu à Decisão nº 1806/2006, quanto aos preços praticados no DF, e que a empresa encontrava-se sediada do DF.

32. À fl. 201, *rejeita* a afirmação formulada pelo MPJTCDF concernente a descumprimento do Parecer nº 1.191/2009-PROCAD/PGDF, asseverando ter cumprido todos os reclames legais.

33. Alega, por fim, fl. 201, que “(...) a auditoria não levou em consideração o serviço depreendido da locação de tendas, como: disponibilidade do produto, transporte, montagem/desmontagem, Anotação de Responsabilidade Técnica-ART (no caso de prevenção de acidentes), guarda, manutenção, dentre outros, resta evidenciado e comprovado, que não houve as impropriedades relatadas na Auditoria (...)”, elencando os seguintes argumentos:

a) a Auditoria comparou aquisição de tenda sem considerar os serviços atinentes à locação e que oneram a contratação, inviabilizando a comparação por se tratarem de itens diversos (material x serviços);

b) foram cumpridos todos os requisitos legais para a adesão à ARP;

c) não houve prejuízos, pois os serviços de locação estariam condizentes com os cobrados no DF.

Análise

34. Entende-se que, dentre os argumentos acima considerados, tem-se que assiste razão, parcialmente, ao *defendente* quando aponta haver



impropriedade na comparação entre aquisição e locação de tendas. De fato, na locação, há custos que devem ser agregados ao preço de aquisição consoante alegou o interessado, para que eventual comparação possa ser considerada válida.

35. *É certo que, nesta Casa, em face da análise consubstanciada na Informação nº 106/2014, fls. 47 e ss, o débito não foi apurado nos termos descritos na defesa em comento, mas, ao revés, decorreu de se ter identificado, em valores colhidos no sítio de Compras do Governo Federal (COMPRASNET), que o preço contratado pela Jurisdicionada mostrou-se acima daquele praticado no mercado.*

36. *Contudo, ganha relevo, na presente abordagem, especialmente em respeito à verdade real, reconhecer que são relevantes as afirmações patrocinadas pelo defendente quanto ao impacto, na aferição em curso nos presentes autos, dos elementos listados no § 33, anterior.*

37. *Nesse passo, entende-se oportuno trazer a lume análise conduzida por meio da Informação nº 263/2015-1ª DICONT nos autos do Processo nº 33.295/2013, em que se aferiu contratação idêntica àquela aqui discutida, consoante exposto no seguinte excerto:*

30. *Entende-se que, no ponto, assiste razão aos defendentes.*

31. *De fato, data máxima vênia, a metodologia inicialmente empregada para apuração de prejuízo, em que se calculou um valor pelo metro quadrado para o aluguel das tendas, demanda nova interpretação. Explica-se.*

32. *Consoante destacado à fl. 59, o valor paradigmático foi calculado assim:*

“(…)

11. *No entanto, o prejuízo causado ao erário, em virtude da locação de Tendas em 2011 pela Administração Regional de Brazlândia (RA IV), atinge uma cifra maior, já que se pôde constatar, mediante pesquisa no Sítio de Compras do Governo Federal (COMPRASNET), que o preço de mercado do serviço de Aluguel de Tendas era, em dezembro de 2013, de apenas R\$ 2,87 (dois reais e oitenta e sete centavos), por metro quadrado, conforme se depreende das informações juntadas às fls. 50/53, nas quais se vê **que o menor preço do aluguel diário (01) uma Tenda com 100***



metros quadrados (10m x 10m), foi de R\$ 286,67 (duzentos e oitenta e seis reais e sessenta e sete centavos).

12. Assim, o valor aceito e negociado pelo melhor lance (fls. 59) para o aluguel diário de 12 Tendas 10mx 10m (portanto, 1200 metros quadrados), foi de R\$ 3.449,00 (1200m x R\$ 2,87).

13. Portanto, o valor de R\$ 100,00 por metro quadrado, pago à empresa SWOT Solução em Eventos pela Administração Regional de Brazlândia (RA IV), contém um sobrepreço de 3.384% (três mil trezentos e oitenta e quatro por cento) em relação ao preço de mercado, razão pela qual, diante dos quantitativos discriminados na tabela fls. 25, chega-se à conclusão de que o prejuízo causado ao erário do Distrito Federal no ano de 2011, pelos gestores da Administração Regional de Brazlândia (RA IV), com aluguel de Tendas, alcança o valor atualizado de R\$ 24.919,08 (vinte e quatro mil, novecentos e dezenove reais e oito centavos).

(...)” (destacou-se)

33. Como é sabido, em toda atividade empresarial observam-se a ocorrência de custos fixos e variáveis, em uma abordagem bastante simplista de um sistema de custos. Da Economia ecoam princípios que, aplicados à Contabilidade de Custos, fazem exsurgir outros conceitos como custos médios, custos marginais, custos operacionais, custo de oportunidade, receitas marginais e de economia de escala.

34. Do Direito, entre outros, os princípios da justa contraprestação pelos bens fornecidos e da legitimidade na obtenção de lucros pela empresa, decorrente do princípio da livre iniciativa, também devem ser erguidos.

35. Pode-se indicar, igualmente, a complexidade logística envolvida na entrega, manutenção e retirada dos produtos, que também interfere na formação de cada preço.

36. No ponto, deve-se destacar que os interessados alugaram tendas de medidas 3 x 3 metros, ou seja, com 9m².

37. Constituído, assim, o pano de fundo em que a presente análise está inserida, deve-se reconhecer que a aplicação comparativa linear de preços, anteriormente engendrada no presente feito, não se configura apropriada no caso vertente. Não se pode olvidar que os custos logísticos para o aluguel – transporte, montagem, manutenção, vigilância, conservação e retirada, dentre outros – não guardam relação direta e proporcional com a área das tendas.



38. Nesse passo, adotando-se como adequado para indicar como de mercado o valor indicado, à fl. 51 dos autos, para o aluguel das tendas de dimensões 10 x 10 metros, pode-se concluir que o valor de mercado para o aluguel de uma tenda alugada pela Administração Regional de Brazlândia (3 x 3 m) deve-se situar entre R\$ 25,83 e R\$ 286,67. Contudo, não se tem elementos para definir em que ponto do intervalo indicado o valor do aluguel se posiciona.

39. Diante da ausência de informação específica, entende-se que se deva utilizar como parâmetro comparativo o valor efetivamente disponível para consulta, qual seja, aquele indicado à fl. 51, haja vista que os valores com a logística, acima exemplificada, podem ser tidos por aproximados em ambos os casos. Ademais, tal postura milita em prol da defesa dos interesses dos deferentes, conquanto a dúvida ora suscitada dever ser resolvida, por analogia, com a aplicação do brocardo *in dubio pro reo*.

40. Nesse passo, o valor do prejuízo deve assim calculado:

Valores originais pagos					
Data original	Valor original	Data da atualização	Fator de CM	Atualização Monetária	Valor Corrigido
28/05/2011	R\$ 3.600,00	19/08/2015	0,262936	R\$ 946,57	R\$ 4.546,57
28/05/2011	R\$ 3.600,00	19/08/2015	0,262936	R\$ 946,57	R\$ 4.546,57
28/05/2011	R\$ 3.600,00	19/08/2015	0,262936	R\$ 946,57	R\$ 4.546,57
28/05/2011	R\$ 3.600,00	19/08/2015	0,262936	R\$ 946,57	R\$ 4.546,57
28/05/2011	R\$ 3.600,00	19/08/2015	0,262936	R\$ 946,57	R\$ 4.546,57
28/05/2011	R\$ 3.600,00	19/08/2015	0,262936	R\$ 946,57	R\$ 4.546,57
TOTAL					R\$ 27.279,42

Valores obtidos com base na informação de fl. 51 dos autos.					
Data original	Valor original	Data da atualização	Fator de CM	Atualização Monetária	Valor Corrigido
28/05/2011	R\$ 1.146,68	19/08/2015	0,262936	R\$ 301,50	R\$ 1.448,18
28/05/2011	R\$ 1.146,68	19/08/2015	0,262936	R\$ 301,50	R\$ 1.448,18
28/05/2011	R\$ 1.146,68	19/08/2015	0,262936	R\$ 301,50	R\$ 1.448,18
28/05/2011	R\$ 1.146,68	19/08/2015	0,262936	R\$ 301,50	R\$ 1.448,18
28/05/2011	R\$ 1.146,68	19/08/2015	0,262936	R\$ 301,50	R\$ 1.448,18
28/05/2011	R\$ 1.146,68	19/08/2015	0,262936	R\$ 301,50	R\$ 1.448,18
TOTAL					R\$ 8.689,10

38. A situação retratada no trecho acima transcrito conforma, entende-se, as alegações de defesa aqui em evidência, motivo pelo qual pode ser também aplicada a metodologia de cálculo estampada nas tabelas suso reproduzidas.

39. À fl. 39 estão indicados os quantitativos atinentes à locação em tela. Foram empregados 134 m² de tendas, de tamanhos 3 x 3m e 4 x 4m. Dadas as



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

Fls.: 339

Proc.: 33317/13
Oscar

Rubrica

dimensões de cada modelo e a área total, conclui-se que foram locadas 11 tendas.

40. Assim, podem ser reproduzidos os cálculos contidos nas tabelas acima, ajustados para os parâmetros particulares da contratação debatida nos presentes autos. O resultado do prejuízo remanescente, então, é:

Valores originais pagos					
Dt original	Valor original	Dt atualização	Fator CM	Atz. Monetária	Valor Corrigido
24/05/2011	R\$ 107.200,00	19/08/2015	0,262936	R\$ 28.186,74	R\$ 135.386,74
TOTAL					R\$ 135.386,74

Valores calculados com base nas informações constantes do Processo nº 33.295/2013					
Dt original	Valor original (1)	Dt atualização	Fator CM	Atz Monetária	Valor Corrigido
24/05/2011	R\$ 25.226,96	19/08/2015	0,262936	R\$ 6.633,08	R\$ 31.860,04
TOTAL					R\$ 31.860,04

Valor de prejuízo	R\$ 103.526,70
-------------------	----------------

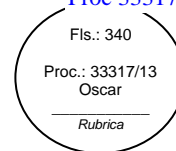
III – CONCLUSÕES

41. Entende-se que os elementos carregados aos autos pela empresa SWOT SERVIÇOS DE FESTAS E EVENTOS LTDA, fls. 79/108 e anexos de fls. 109/176, são improcedentes, nos termos consubstanciados nos §§ 9 a 11 desta Informação.

42. Recorde-se que mencionada empresa formulou, fl. 108, pedido de sustentação oral de suas alegações de defesa, pleito esse que se deve ser avaliado preliminarmente pelo eg. Plenário.

43. De outro giro, a defesa formulada pelo Senhor Carlos Antoneto de Souza Lima, fls. 185/202 e anexos de fls. 203/243, são parcialmente procedentes, consoante debatido nos §§ 13 a 40, anteriores. Essa conclusão poder ser aproveitada à empresa SWOT.

44. Em face das conclusões noticiadas no parágrafo precedente, providenciou-se novo cálculo de prejuízo, atualizado para o dia 19.8.2015, conforme estampado no § 40 da presente Informação.



45. À guisa de informação, veja-se quatro em que estão compiladas informações relacionadas aos demais processos similares, todos oriundos da Decisão nº 4734/2013:

Processo	Jurisdicionada	Relator	Andamento
33.333/2013	SEDUH	CPT	Arquivado
33.287/2013	RA V-Sobradinho	CPM	Análise inicial
33.295/2013	RA IV-Brasília	CPT	Análise de defesa
33.309/2013	RA I-Brasília	CPT	Análise de defesa
33.325/2013	RA VIII-N. Bandeirante	CRR	Análise de defesa

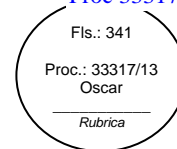
O Ministério Público, por meio do Parecer nº 838/2015-ML (fls. 267/288) converge com as considerações expendidas pela Unidade Técnica no sentido de considerar improcedentes as alegações de defesa apresentadas pela empresa SWOT SERVIÇOS DE FESTAS E EVENTOS LTDA. (fls. 79/108) e parcialmente procedentes as alegações de defesa apresentadas pelo Sr. Carlos Antoneto de Souza Lima (fls. 185/202).

Registre-se o pedido de sustentação oral formulado pelo representante legal da empresa SWOT SERVIÇOS DE FESTAS E EVENTOS LTDA., à fl. 113.

Mediante o Despacho Singular nº 059/2016 – GC/PT, foi fixada a data de 08 de março para a realização da sustentação oral.

Por meio da Decisão nº 853/2016, a Corte determinou o retorno dos autos ao Gabinete do Relator, à vista do não comparecimento do defendente para a realização da mencionada sustentação oral de defesa.

É o relatório.



VOTO

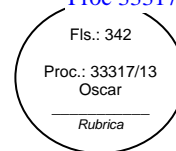
Os presentes autos foram constituídos em atendimento aos itens II, alínea “b”, e IV, alínea “a”, da Decisão nº 4734/2013, prolatada no Processo nº 13201/2011.

Na última deliberação, a Corte, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu nos seguintes termos: “(...) II – determinar: a) a conversão dos autos em tomada de contas especial, nos termos do artigo 46 da Lei Complementar nº 01/1994 c/c a Emenda Regimental nº 23/2008, tendo em conta o prejuízo e responsabilidades apurados no bojo da Informação nº 106/2014-SEACOMP/3ªDIACOMP; b) nos termos do art. 2º, § 4º, da Emenda Regimental nº 01/1998, com a redação dada pela Emenda Regimental nº 23/2008, a citação do ordenador de despesa da Administração Regional do Paranoá – RA VII, no período de 2011, e da empresa SWOT SERVIÇOS DE FESTAS E EVENTOS LTDA. para que, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentem suas alegações de defesa quanto à responsabilidade solidária que lhes foi atribuída em razão do apurado na Informação nº 106/2014 – SEACOMP/3ªDICOMP, em virtude do alto preço pago na locação de tendas de lona pela Administração Regional no exercício de 2011, resultando prejuízo no valor de R\$ 123.672,63, em valores atualizados, ou, desde logo, recolham a importância indicada nos autos;

O Corpo Técnico, por meio da Informação nº 266/2015 (fls. 245/266), procedeu à análise das defesas apresentadas pelos responsáveis indicados na decisão supra.

Ao fim, oferece à Corte as sugestões de fls. 265/266, conforme destacadas:

- I. tome conhecimento das razões de defesa inseridas às fls. 79/108 e anexos de fls. 109/176 e fls. 185/202 e anexos de fls. 203/243.
- II. no mérito, considere as razões de defesa apresentadas:
 - a) pelo senhor nominado no § 43 desta Informação parcialmente procedentes, sendo insuficientes para afastar o prejuízo remanescente de R\$ 103.526,70, atualizado até 19.8.2015, apurado nos presentes autos;



b) pela empresa SWOT SERVIÇOS DE FESTAS E EVENTOS LTDA improcedentes para elidir os fatos debatidos nos autos;

- III. cientifique os responsáveis indicados no item II, anterior, acerca da decisão que vier a ser tomada e sobre a necessidade de, em 30 (trinta) dias, recolherem, de forma solidária, o valor do débito que lhes foi imputado na presente TCE;*
- IV. autorize o retorno dos autos à SECONT para a adoção das providências pertinentes.*

O Ministério Público, por intermédio do Parecer nº 838/2015-ML (fls. 267/288), tem entendimento convergente com as conclusões apresentadas pelo Órgão Técnico.

A seguir, dissentindo da unidade técnica e do Ministério Público, apresento minhas considerações.

Como bem anota a corpo instrutivo, tramitam nesta Corte os Processos nºs 33.287/2013 e 33.625/2013 que tratam de assunto similar ao abordado nestes autos, todos decorrentes da Decisão nº 4734/2013.

Ante tais informações, busquei inteirar-me do andamento dos citados processos, no intuito de manter sintonia com o entendimento dominante apresentado pelos meus consortes sobre o assunto em tela, principalmente, quanto à disparidade entre preços praticados nos ajustes firmados pelas Administrações Regionais e a empresa SWOT Soluções em Eventos na locação de tendas (R\$ 100,00 m2) e o preço tomado como referencia na apuração dos prejuízos identificados pela unidade técnica (R\$ 2,87m2).

Quanto ao Processo nº 33.287/2013, pela pertinência, faço remissão ao voto apresentado pelo Conselheiro Paiva Martins, na Sessão Ordinária nº 4834, 15/12/2015, que resultou na Decisão nº 61/37/2015.

(...)



14. *Em apertada síntese, o prejuízo apontado pelos Pareceres decorreu da contratação da empresa Swot Soluções em Eventos pela Administração Regional de Sobradinho – RA V, no ano de 2011, para a locação de Tendas pelo preço de R\$ 100,00/m². Ocorre que em agosto de 2012, a mesma empresa apresentou um valor de R\$ 24,20 para adequação à pesquisa de preços realizada pela Administração Regional do Núcleo Bandeirantes (fls. 124/129).*

15. *Tendo em vista o forte indício de sobrepreço na contratação realizada pela RA V, a Unidade Instrutiva realizou pesquisa no sítio Compras do Governo Federal – COMPRASNET, encontrando o valor de R\$ 2,87/m² para o aluguel de Tendas similares em dezembro de 2013. A partir deste parâmetro, definiu um prejuízo no valor atualizado de R\$ 841.018,28 (fl. 202).*

16. *Diante da diferença de valores, alinho-me aos Pareceres quando apontam a existência de sobrepreço na contratação. Todavia, a definição do parâmetro utilizado para o cálculo do prejuízo não demonstrou ser razoável uma vez que a Instrução adotou o menor preço obtido na consulta ao COMPRASNET (fl. 135).*

17. *Mesmo que, de acordo com os filtros utilizados na pesquisa, o valor de R\$ 2,87/m² tenha sido praticado na Região Centro-Oeste, não se pode assumir que a empresa fornecedora naquela contratação teria interesse em participar da pesquisa de preço que a Administração Regional de Sobradinho deveria ter realizado.*

18. *Nesse sentido, faz-se necessário que, antes da conversão destes autos em tomada de contas especial - TCE, seja recalculado o prejuízo apurado nos autos, utilizando-se como parâmetro o valor médio de contratações semelhantes ocorridas à época, e não o menor valor encontrado no COMPRASNET. Destaca-se, ainda, que a pesquisa a ser realizada atente para os fatores de fornecimento, v.g quantidade e periodicidade, a fim de tornar o parâmetro mais aderente à situação em apreço.*

(...)

No mesmo sentido, o Conselheiro Manuel de Andrade, ao relatar o Processo nº 33325/2013, entendeu pertinentes as ponderações apresentadas pelo Conselheiro Paiva Martins no voto que deu sustentação a Decisão nº 6137/2015.

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

Fls.: 344

Proc.: 33317/13
Oscar_____
Rubrica

Assim, considerando o encaminhamento dado aos Processos nºs 33.325/2013 e 33.325/2013, a fim de se evitar a indevida majoração do prejuízo, entendo razoável o retorno dos autos a unidade técnica para reinstrução e revisão dos parâmetros adotados no cálculo do prejuízo apurado.

Pelo exposto, dissentindo da Unidade Técnica e do Órgão Ministerial,
VOTO no sentido de que o egrégio Plenário:

- I. tome conhecimento das razões de defesa inseridas às fls. 79/108 e anexos de fls. 109/176 e fls. 185/202 e anexos de fls. 203/243;
- II. determine o retorno dos autos à Unidade Técnica para reinstrução, tendo em vista a adoção das medidas cabíveis à revisão do parâmetro utilizado no cálculo do prejuízo apurado na TCE, a fim de assegurar a sua razoabilidade, consoante a Decisão Plenária nº 6137/2015, adotada em processo similar;
- III. o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento para a adoção das medidas cabíveis.

Sala das Sessões, 07 de junho de 2016.

PAULO TADEU
Conselheiro-Relator